

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES,  
VEREADOR ANDERSON GOGGI**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2026**

**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE  
RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS  
ENTIDADES DE TIRO DESPORTIVO NO  
MUNICÍPIO DE VITÓRIA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Reconhecimento e Valorização das Entidades de Tiro Desportivo no âmbito do Município de Vitória, com a finalidade de reconhecer, incentivar e integrar essas entidades às políticas públicas municipais de esporte, cidadania e formação técnica, respeitada a legislação vigente.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, as entidades de tiro desportivo são reconhecidas como de interesse social no Município de Vitória, independentemente de sua natureza jurídica.

**Art. 2º** São diretrizes do Programa:

I – reconhecer a relevância esportiva, social e técnica das entidades de tiro desportivo regularmente constituídas;

II – incentivar a prática segura, responsável e legal do tiro desportivo;

III – promover a cooperação entre o Poder Público Municipal e as entidades de tiro desportivo, inclusive para participação em ações, eventos e parcerias institucionais;

IV – assegurar o cumprimento da legislação vigente e dos princípios da legalidade, segurança e responsabilidade social.

**Art. 3º** Poderão integrar o Programa as entidades de tiro desportivo que:

I – estejam sediadas no Município de Vitória;

II – estejam devidamente registradas e licenciadas pelos órgãos competentes;

III – comprovem regularidade jurídica e fiscal.

**Art. 4º** As entidades integrantes do Programa poderão, conforme regulamento e disponibilidade do Poder Executivo:

I – participar de eventos e ações promovidos ou apoiados pelo Município;

II – pleitear apoio institucional para atividades esportivas, educativas ou de formação técnica;

III – firmar parcerias com o Município, na forma da legislação aplicável.

**Art. 5º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, se houver.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória/ES, 07 de janeiro de 2026.

---

**DÁRCIO BRACARENSE**  
Vereador – PL

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir, no âmbito do Município de Vitória, o Programa Municipal de Reconhecimento e Valorização das Entidades de Tiro Desportivo, com caráter eminentemente institucional, declaratório e de incentivo, sem criar obrigações, despesas ou interferências administrativas diretas ao Poder Executivo.

A proposição limita-se a reconhecer a relevância esportiva, social e técnica das entidades de tiro desportivo legalmente constituídas, promovendo sua integração às políticas públicas municipais já existentes, em especial nas áreas do esporte, cidadania e formação técnica, respeitando integralmente a legislação federal e estadual aplicável.

Ressalte-se que o projeto não incorre em vício formal de iniciativa, uma vez que não dispõe sobre organização administrativa, criação de cargos, atribuições de órgãos do Poder Executivo, nem impõe a execução de políticas públicas obrigatórias ou geração de despesas. Trata-se de norma de caráter autorizativo e programático, compatível com a competência legislativa do Poder Legislativo Municipal.

Do ponto de vista constitucional, a matéria encontra respaldo nos arts. 23, inciso IX, e 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que asseguram ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para promover políticas de incentivo ao esporte, à cidadania e ao desenvolvimento social. Ademais, o projeto observa os princípios da legalidade, da separação dos poderes e da responsabilidade fiscal.

Importante destacar, ainda, que o tiro desportivo é modalidade esportiva reconhecida nacional e internacionalmente, inclusive no âmbito olímpico e paralímpico, sendo exercida sob rigoroso controle legal. O reconhecimento institucional proposto não afronta normas de segurança pública nem invade competências da União, limitando-se ao âmbito esportivo e associativo.

Dessa forma, a presente iniciativa revela-se plenamente constitucional, legal e adequada ao interesse público municipal, fortalecendo o diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, sem gerar impactos financeiros ou administrativos indevidos.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação da matéria.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3300330034003300300036003A005000

Assinado eletronicamente por **Dárcio Bracarense Filgueiras** em 07/01/2026 15:31

Checksum: **C80F298161BE37FB7227202F02549CC02077C91B058E8C98B1E0894ED9C51AF4**